

A FILOSOFIA POLÍTICA NA REVISTA *PHILOSOPHICA*

José Gomes André¹

(Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa)

Após um período de menor fulgor, a Filosofia Política adquiriu considerável relevância no plano internacional após a Segunda Guerra Mundial, cuja violência e efeitos no plano geopolítico e social suscitou uma reapreciação das reflexões político-filosóficas um pouco por todo o mundo. Alguns anos mais tarde, em 1971, a publicação de “Uma Teoria da Justiça”, por John Rawls, que retomava a tradição contratualista e a colocava em diálogo com algumas das mais prementes teorias políticas contemporâneas, conferiu novo fôlego à Filosofia Política, enviando ondas de choque para o mundo académico norte-americano e europeu, em particular. Quase em simultâneo, Portugal vivia a Revolução dos Cravos, a qual por sua vez ampliou também significativamente o espaço de debate para uma profícua discussão de temas de índole político-filosófica entre nós. Este renovado interesse por temas de Filosofia Política, nomeadamente em Portugal, encontrou, pois, natural acolhimento aquando do surgimento da Revista *Philosophica*, em 1993, que desde o seu primeiro número mostrou grande abertura para a publicação de textos sobre aquela matéria, não só reconhecendo a sua relevância, mas também assumindo um importante papel promotor da reflexão político-filosófica, à qual oferecia um preponderante espaço de reflexão científico e académico.

¹ josegomesandre@gmail.com

Desde então, e ao longo de 49 números, a Revista *Philosophica* publicou 82 artigos que podemos situar no quadro abrangente da “Filosofia Política”, através do contributo de 60 autores diferentes, de proveniências muito variadas. Dada a natureza da Revista (uma publicação do Departamento de Filosofia da FLUL e, mais recentemente, do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa), predominam os artigos elaborados por antigos ou actuais Docentes daquele Departamento e de investigadores do Centro mencionado, a que se juntam uma dezena de Professores de outros Departamentos da FLUL. Porém, registam-se contributos de nove Docentes e/ou Investigadores de outras instituições académicas portuguesas e ainda a participação de dezassete Professores e/ou Investigadores internacionais. Como tal, dos 60 autores envolvidos na publicação de artigos na Revista *Philosophica*, na área de Filosofia Política, 28 deles – quase metade – estão associados a entidades externas à FLUL, mostrando que a Revista, embora respeitando a sua afiliação institucional primária, orgulha-se da sua abertura ao diálogo intelectual num sentido muito alargado, promovendo o envolvimento de personalidades oriundas de vários quadrantes, com o objectivo de valorizar a discussão de ideias e o avanço científico.

Nesta contabilidade geral, justifica-se uma nota particular em relação aos artigos redigidos por autores estrangeiros. Desde a sua fundação, a *Philosophica* desenvolveu vários esforços de internacionalização, por entender que o debate filosófico só pode tornar-se mais rico quando adquire uma índole verdadeiramente global. Assim sendo, a abertura a contributos de investigadores de outros países foi sempre promovida com grande empenho, obedecendo a critérios de qualidade mas também de diversidade geográfica, o que se manifesta na presença de sete autores brasileiros, três espanhóis, dois argentinos, dois alemães, um italiano, um belga e um cubano – e isto apenas na área que concerne este nosso texto.

A abrangência referida a propósito dos autores mencionados verifica-se também no que respeita aos temas discutidos, distribuindo-se os 82 artigos contabilizados pelas mais diversas áreas da Filosofia Política, tomada em sentido lato: Ética e Política, Filosofia do Direito, Economia e Política, Ciência Política, Filosofia da História, Cultura e Sociedade, Filosofia do Ambiente e da Natureza, entre outros. Todavia, como seria de esperar, temas nucleares da Filosofia Política Fundamental – se podemos usar este termo – ocupam igualmente um lugar de destaque.

É o caso de “Bases da Filosofia Política de Aristóteles”, de Maria José Figueiredo (*Philosophica* n.º26), que destaca a organicidade da filosofia prática do Estagirita, alicerçada na relação entre ética e política. Sublinha-se assim a necessidade de uma lente interpretativa flexível, capaz

de ter em conta o ideal antropológico aristotélico (o homem como “zoon politikon”), as doutrinas éticas (a defesa da virtude) e a reflexão propriamente política, para concluir que uma análise sobre os verdadeiros contornos da vida comunitária implica considerar o modo como esta *forma* e *é formada* pelo carácter dos homens que a compõem.

Problemas clássicos da Filosofia Política, aquando da sua emergência no período medieval, mormente a questão da soberania e do poder civil, são tratados em três artigos: “A posição de Anselmo face ao poder civil”, de António Joaquim Rocha Martins (*Philosophica* n.º 34), “O laicismo político na «Monarquia» de Dante”, de Pedro Calafate (*Philosophica*, n.º 34) e “Política e Jurisprudência: o conceito de soberania em dois movimentos”, de Raquel Kritsch (*Philosophica* n.º 22). No primeiro texto, discutem-se as apreensões anselmianas acerca da justificação do poder, no quadro da célebre “tese das duas espadas”. Anselmo reitera fidelidade à autoridade apostólica, mas também reconhece legitimidade ao poder político civil; o primeiro é o único que pode satisfazer as exigências da razão, mas não esgota o fideísmo, capaz de se estender à autoridade política sem necessariamente conduzir o indivíduo a uma espécie de “ruptura interna”. Já Dante, segundo Pedro Calafate, defende nesta matéria claramente as prerrogativas e a autonomia do poder temporal contra os partidários da teocracia; a autoridade do Pontífice romano limita-se portanto aos assuntos do foro espiritual, enquanto o império, cujo poder deriva imediatamente de Deus, deve conduzir os homens na busca pela felicidade temporal, de acordo com as lições da filosofia, os princípios éticos e as suas aspirações materiais. Por seu turno, Raquel Kritsch releva como, nos séculos XII-XIV, o conceito de soberania emergiu essencialmente de um quadro conceptual jurídico, adaptado às necessidades políticas de uma sociedade em mudança, que reclamava eficácia no cumprimento da lei e um “novo poder legitimado”, capaz de criar, alterar e revogar as normas por moto próprio.

O tema do poder e da soberania são visitados por Juan Manuel Aragües, em “Spinoza y el Poder Constituyente” (*Philosophica*, n.º 8), que analisa a teoria democrática radical de Espinosa, uma *filosofia da liberdade* entendida como processo pelo qual a subjetividade (individual e colectivamente) supera as restrições (políticas e naturais) da realidade. Por sua vez, o problema da soberania – e mais especificamente as origens e fundamentos do pensamento democrático – são tratados por Francisco Felizol Marques em “A Voz do Deus em Democracia” (*Philosophica*, n.º 39), destacando como subjaz às teorias modernas democráticas uma *teologia política*, mediante a qual o povo assume as características divinas no mundo material, abrangendo todas as diferenças e particularidades e servindo ao

mesmo tempo como fonte universal de todo o poder, que se efectiva nos processos eleitorais (expressão vocal deste “Deus” mundano).

Questões inerentes a uma “filosofia da praxis” são o tema de dois outros artigos: “O Abstracto e o Concreto na Filosofia Política de Hegel”, de Manuel J. Carmo Ferreira (*Philosophica*, n.º 17/18) e “Prolegómenos a uma Ontologia da Acção”, de José Barata-Moura (*Philosophica*, n.º 3). No primeiro artigo, partindo-se da Filosofia do Direito hegeliana, sublinha-se como a identificação da razão e do real configuram um programa político, um projecto histórico e um imperativo da acção, uma vez que as relações sociais, mediadas pelo Direito e pela Moralidade, são afinal momentos de um processo socio-histórico de identificação do indivíduo por *inscrição*, o único modo de relacionamento autêntico porque simultaneamente universal e concreto. Também assumindo um contexto hegeliano (mas não limitado ao mesmo), José Barata-Moura analisa vários programas filosóficos da modernidade, encontrando elementos comuns na defesa de uma inscrição (histórica e prática) da humanidade do ser, e do ser da humanidade no plano fáctico da experiência humana (social e político).

A filosofia política contemporânea é também alvo de atenção, designadamente nos textos de Luca Silvestri, “Sinthomi Tardo-Capitalisti: un’ analisi tra godimento e politica attraverso il pensiero di Slavoy Zizek” (*Philosophica*, n.º 30) e de José Arêdes, “Foucault e o Poder” (*Philosophica*, n.º 28). Luca Silvestri foca-se na polémica obra de Zizek, analisando a forma como este critica a fantasia subjectiva que alimenta os mecanismos ideológicos, sublinhando a obra do autor esloveno como uma “filosofia do desvendamento” e da “denúncia”. José Arêdes conduz-nos numa viagem por algumas linhas fundamentais do pensamento foucaultiano, em particular as suas teses sobre o exercício do poder e a sua “metodologia moderna” (violência, ideologia, controlo psicológico), da qual decorre uma biopolítica e um *modus operandi* indiferentes à ideia de justiça social.

O problema da justiça é um tema recorrente dos ensaios político-filosóficos da Revista, em particular no quadro de análises do pensamento de John Rawls – um dos autores que maior número de artigos merece na *Philosophica*, na área de Filosofia Política (sete). Quatro Docentes e investigadores, três deles sul-americanos, publicaram acerca desta matéria. Fernando Aranda Fraga é autor de três textos: “John Rawls: el giro contemporáneo de la Ética a partir de su teoría de la justicia como imparcialidad” (*Philosophica*, n.º 16), “La idea de «razón pública» (y su revisión) en el último Rawls” (n.º 22) e “Evolución, Rupturas y Contramarchas en el Constructivismo Kantiano de John Rawls” (n.º 31). Nestes artigos são analisados o neocontratualismo rawlsiano e a defesa de um ideal pluralista

e democrático liberal, baseados na ideia de “justiça como equidade”, cooperação racional e dignidade humana, que confeririam àqueles uma validade normativa. Merece também especial atenção a evolução do próprio pensamento de Rawls, que incorpora novos elementos teóricos numa fase posterior da sua obra (como o conceito de “razão pública”), afastando-se de uma concepção metafísica em detrimento de uma doutrina puramente política. Fernando Aranda Fraga mostra como esta evolução exige aliás uma reconfiguração do próprio “neokantismo” de Rawls, de forma a adaptar o seu construtivismo moral ao propósito fundamental da sua obra: estabelecer a primazia do Direito sobre o Bem, admitindo uma pluralidade de concepções deste último, sem colocar em causa a justiça como força motriz de qualquer projecto político.

Também William Daros (“El corte epistemológico en una teoría filosófica sobre la Política”, *Philosophica* n.º38) assinala como a posição filosófica de Rawls rompe com boa parte da tradição ética do contratualismo, pois não exige um determinado ideal axiológico, antes requerendo uma simples ideia de *razoabilidade* entre homens, que efectivam livremente o pacto social a partir de uma concordância acerca de princípios mútuos de justiça política. Já anteriormente, em “O Problema da Tolerância da Filosofia Política de Rawls” (*Philosophica*, n.º 10), Alexandre Franco de Sá alertara para a importância do termo “razoável” na obra rawlsiana, que não qualifica as doutrinas compreensíveis (do bem) toleráveis, mas antes especifica as doutrinas que, podendo relacionar-se de vários modos com os princípios da justiça, e com a exigência da tolerância que a estes princípios é intrínseca, não se oferecem como incompatíveis com eles – podendo, portanto, servir de alicerce para uma ideia de consenso de todos os sujeitos reunidos na sociedade política, quaisquer que sejam as suas concepções de bem, valores religiosos, etc.

Já Denis Coitinho Silveira, em “Uma Justificação Coerentista dos Direitos Humanos em Rawls” (*Philosophica*, n.º 36) e “O Liberalismo em John Rawls e a resposta aos Comunitaristas” (*Philosophica*, n.º 30), prefere focar-se na análise da metodologia filosófica rawlsiana, sublinhando, primeiro, a forma como a sua obra adopta uma tónica não-fundacionalista, de modo a justificar a promoção universal dos direitos humanos como bens básicos, partindo de um acordo racional entre todos os agentes públicos; em seguida, reforçando a forma como a deontologia rawlsiana, embora ambicione a uma leitura universalista, não é transcendental, pois emerge de um processo público racional de decisão e não de uma inferência metafísica de ideias de bem pré-concebidas, o que, curiosamente, aproxima mais Rawls dos comunitaristas do que algumas leituras habituais parecem fazer crer.

Os vários artigos dedicados ao pensamento rawlsiano poderiam também ser inseridos numa secção intitulada “Ética, Direito e Política”, que ocupa um lugar preponderante no quadro mais vasto dos artigos sobre Filosofia Política publicados pela *Philosophica*. São muitos e diversos os textos escritos sobre estas questões. O conceito de justiça merece reflexões de Maria José Figueiredo (“Problemas com a Justiça: uma análise da argumentação do Livro I da «República»”, *Philosophica*, n.º 7) e também de Axel Gosseries (“A Justiça Intergeracional e a Metáfora do Refúgio de Montanha”, *Philosophica*, n.º 38). No primeiro texto, de carácter polémico, a autora destaca as insuficiências da argumentação platónica (nomeadamente porque parece implicar que o bem-estar de uma classe política implica perdas consideráveis para as demais), embora se sublinhe a correlação entre moral, política e justiça e uma visão englobante da vivência individual e social. Axel Gosseries, por sua vez, parte da ideia dos refúgios de montanha (tidos como alojamentos colectivos temporários) como inspiração metafórica para explorar a relevância do princípio da justiça intergeracional e de questões que a mesma suscita, como a regra de ouro (num sentido moral e político) e o desenvolvimento sustentável.

Em “A compreensão procedimental do Direito, de Jürgen Habermas, ante a folha de contraste da teoria sistémica, de Niklas Luhmann”, Flávio Siebeneichler compara a obra destes dois autores, defendendo que predomina, no primeiro, uma teoria da compreensão comunicativa, ao passo que a ideia de automanutenção do direito se destaca no segundo, o que gera diferenças relevantes para a Filosofia do Direito dos filósofos em apreço (sendo a legitimação do Direito ponto central para Habermas e elemento perturbador para Luhmann). O problema do Direito assume igualmente destaque em “Grotius na Interdisciplinaridade Moderna: Entre o Direito e a Filosofia Política” (André Santos Campos, *Philosophica*, n.º 33), que considera a forma como Grotius constrói uma tabela de conceitos fundamental para a filosofia política moderna a partir de materiais conceptuais oriundos de uma outra ciência (o Direito), abrindo janelas de oportunidade a novos tratamentos filosóficos da política, popularizados pelas doutrinas individualistas e contratualistas futuras.

Ainda no quadro da relação entre Direito e Política, o problema do direito de propriedade é tratado em dois artigos, ambos sobre Stirner (no contexto do número 41 da *Philosophica*, dedicado a este autor). São eles “Stirner: Da Nadificação ao Momento Ético da Intimidade Proprietária”, de José Barata-Moura e “Max Stirner’s Critiques of Pierre-Joseph Proudhon”, de Maurice Schuhmann. No primeiro texto, sublinha-se o conceito de “propriedade” num sentido lato (quase “existencial”), que Stirner descreve

como a base de uma experiência radical de uma demanda de assunção subjectiva do viver; no segundo, trata-se de averiguar a crítica stirneriana ao conceito de “propriedade” em Proudhon, mostrando como este é demasiado limitado para explicar a ideia de um “direito a si”, que alicerça a posição do homem como protagonista autêntico (e absoluto) do seu próprio existir.

Os direitos entendidos em sentido “prático” são tratados em cinco artigos. No já mencionado número da *Philosophica* sobre Stirner, José Manuel da Silva escreve sobre “Liberdade de Imprensa, Censura e Dominação na Crítica de Max Stirner”, onde se nega que a liberdade de imprensa possa constituir uma mera concessão ou dádiva do Estado, surgindo outrossim como expressão da conquista e apropriação que o próprio indivíduo exerce sobre esse direito, do qual se torna propriedade quando por si reclamada. J. Carlos Viana Ferreira, em “Tolerância, intolerância e milenarismo: Da Reforma à Revolução Inglesa” (*Philosophica*, n.º 17/18), mostra como as coordenadas do universo mental seiscentista inglês excluíam a possibilidade lógica de qualquer reflexão teórica sobre o conceito de tolerância, bem como de uma acepção moderna de respeito pela diferença. Embora defendido em certas ocasiões (pelos Levellers, por exemplo), o ideal da tolerância religiosa continuou assim a ser menorizado pela cultura protestante, tendo esta preferido desenvolver ideais milenaristas, que apenas agudizaram as tensões com os católicos.

No n.º15 da *Philosophica*, Viriato Soromenho-Marque escreve sobre “Liberdades e Direitos no horizonte da soberania”, onde considera a problemática relação entre aqueles dois conceitos, aparentemente intermutáveis, mas que traduzem duas leituras distintas na história do pensamento político, que de algum modo só conhece uma definitiva reconciliação com a unificação entre soberania e cidadania, ocorrida no final do séc. XVIII, que responde ao desejo de universalização dos direitos humanos e integra um conceito de liberdade dinâmica na legitimação do poder político, necessário para a concretização dos mesmos. Focando-se no caso particular de Richard Price, o mesmo tema merece análise de José Gomes André, em “Liberdade e Direitos Humanos no Pensamento de Richard Price” (*Philosophica*, n.º 25), onde se destaca a necessária complementaridade entre os dois termos, pois os direitos humanos, embora válidos por constituírem uma pertença originária, radical e inalienável, só adquirem um sentido integral quando transformados em expressão objectiva e social – ou seja, em liberdades civis. O mesmo José Gomes André analisa a forma como a Constituição Norte-Americana consagrou alguns dos direitos fundamentais em “James Madison e a Protecção dos Direitos Individuais: em torno da criação da Carta de Direitos Federal Norte-Americana” (*Philosophica*,

n.º22), salientando o papel do então Congressista Madison na elaboração de tal documento.

Devido à sua preponderância no quadro da Filosofia Política, a questão dos direitos humanos mereceu mesmo um destaque específico na Revista *Philosophica*, cujo número 22 foi inteiramente dedicado ao tema. Nele se inclui o artigo de Norberto Ferreira da Cunha (“A Declaração Universal dos Direitos do Homem – Luzes e Sombras da sua recepção em Portugal, em 1948”), que considera os silêncios, tanto do Governo como da Oposição, em relação à referida Declaração, por motivos de estratégia política: o salazarismo, reservado quanto à panaceia individualista e liberal; a Oposição (em especial marcada pelas actividades do MUD), empenhada em que as liberdades democráticas não fossem meramente nominais. Hermenegildo Ferreira Borges, em “Nova Retórica e Reconstrução dos Direitos Humanos”, sublinha a fragilidade do conceito moderno e racionalista dos direitos humanos, cujo abstraccionismo não impediu genocídios famosos, devendo por isso o mesmo ser complementado por uma análise da eficácia e materialização dos referidos direitos, na linha do que propõem Hannah Arendt e Chaim Perelman. Focando-se em Kant e Heidegger, Carlos Morujão, em “Ética e Direitos Humanos”, sublinha também a necessidade de situar os direitos humanos numa reflexão sobre o tecido social moderno, sob pena de a teorização metafísica não poder dar resposta consistente aos mais profundos desafios éticos. Por fim, Aylton Barbieri Durão, em “Kant e o Suposto Direito de Mentir por Filantropia”, analisa o célebre texto kantiano, destacando que a célebre tese kantiana (que nega a pertinência da mentira em qualquer caso) não se funda apenas no conhecido rigor ético kantiano, mas também noutros elementos da Antropologia (a mentira transforma o homem em menos que uma coisa) e do Direito (a mentira é uma contradição do mesmo) kantianos.

Peça central nos dois artigos anteriormente mencionados, Kant é um dos autores mais frequentemente visitado nos artigos da *Philosophica* sobre Filosofia Política. Aylton Barbieri Durão escreve novamente sobre o filósofo de Königsberg no número 24 da *Philosophica*, em “A Fundamentação Kantiana do Estado de Direito”, explicitando os alicerces antropológicos (a partir do conceito de “sociabilidade insociável”) e políticos (o imperativo racional de constituir um estado civil conforme aos mais elevados princípios do Direito) da ideia de “Estado Civil” kantiana. Num longo ensaio, “O Conceito de Direito no Contexto da Filosofia Prática de Kant” (*Philosophica*, n.º 32), Pedro Alves analisa também os contornos fundacionais da Filosofia do Direito e da Política kantiana, mostrando que o imperativo moral – enunciador da obrigação em geral – tem também uma

leitura jurídico-política, que na verdade poderá até preceder a formulação do Imperativo Categórico no quadro da própria obra de Kant.

Em “O Direito Frente ao Mal Radical: a Hipérbole Kantiana do Povo de Demónios” (*Philosophica*, n.º 31), Adelino Braz destaca que o conceito de Direito é condição de possibilidade de uma comunidade ético-civil e que esta é a única capaz de erradicar as raízes do mal no próprio ser humano, pois só no seu seio a coexistência, antes de ser exterior, é interior, ou seja, implica uma concordância do ser sensível e do ser inteligível. Num outro artigo sobre Kant (“Kant et la Communauté: une Philosophie aux Antipodes du Monologisme” (*Philosophica*, n.º 24), o mesmo Adelino Braz mostra como projecto kantiano visa instituir uma comunidade (*Gemeinschaft*) pensada como coexistência de liberdades interiores.

No n.º 24 da Revista, Viriato Soromenho-Marques escreve sobre “Sombras e Luzes no Entusiasmo em Kant”, considerando como este termo percorre as diferentes fases da filosófica crítica, pensado numa dupla dimensão: ora sintoma das mais perniciosas facetas da condição humana, ora incitamento à mobilização dos indivíduos e dos povos pela construção de uma convivência pacífica comum. Para finalizar esta viagem pela presença de Kant na *Philosophica*, refira-se ainda “A Crítica de Kant a Hobbes em «Teoria e Prática»” (*Philosophica*, n.º 31), de Aguinaldo Pavão, que analisa a célebre disputa sobre o direito de resistência à injustiça, que Hobbes parece negar e Kant valorizar (por entender que ele não é reconciliável com a ideia de direitos inamissíveis, nomeadamente o direito do súbdito a fazer uso público da razão), salientando o autor que a crítica de Kant não toma porventura em devida consideração a distinção hobbesiana entre relações soberano-súbdito (que não autoriza aquele direito) e as relações súbdito-súbdito (que implicitamente Hobbes reconheceria como válida). Refira-se ainda, a propósito de Hobbes, um artigo de Delamar José Volpato Dutra, “A Autoridade da Lei e a Força do Direito: a Natureza dos Vínculos Obrigacionais segundo Hobbes” (*Philosophica*, n.º 43), onde o autor sugere, em tese polémica, que não há na constituição do Estado civil uma renúncia completa ao direito natural, permanecendo este viável (ainda que de forma residual) sem que isso implique uma instabilidade insuperável para a legitimidade e acção efectiva do soberano.

O problema da lei – neste caso na relação com questões da Ética, Cultura, Sociedade e da própria Teologia – é abordado por Carlos João Correia em “Kafka e as Metamorfoses da Lei” (*Philosophica*, n.º 7), onde aquele conceito é destacado pela sua complexidade semântica na obra do escritor checo, configurando uma experiência social (o poder do pai sobre o filho), política (a força do poder sobre o homem), teológica (a lei divina

que expulsa o homem do Paraíso e o torna mortal) e antropológica (a Lei que condena cada um a procurar o sentido da sua própria destinação).

O artigo mencionado revela uma faceta comum a uma grande parte dos textos referidos: a interdisciplinaridade e o cruzamento temático de vários dos ensaios publicados na *Philosophica*, mesmo quando nos detemos apenas numa área filosófica particular (neste caso, a Filosofia Política). Existem por isso diversos artigos que, situando-se neste contexto mais “específico”, remetem para disciplinas e áreas do saber muito variadas, como a Ciência Política, as Relações Internacionais, a Economia e a História, mantendo porém um substrato filosófico que orienta toda a reflexão. É disto exemplo “Sobre a Terra e Sobre o Mar – Algumas Reflexões sobre a Criminalização da Guerra” (*Philosophica*, n.º 22), de Alexandre Franco de Sá, onde o autor considera o fenómeno da guerra à luz das concepções antagónicas de Carl Schmitt e Michael Walzer, alertando para os riscos inerentes à crise do “jus ad bellum” – uma guerra reduzida à criminalização do inimigo e justificada como uma acção policial com uma retórica humanitária, que por sua vez conduz a uma maior intensidade e violência do próprio fenómeno bélico. O problema da guerra é também o tópico central no artigo de João Lopes Alves (“Da Guerra e Paz como questão filosófica”, *Philosophica* n.º 41), que discute os argumentos de Rousseau, Hegel e Kant sobre esta matéria, sob um triplo prisma: a guerra como consequência do estado natural (Rousseau), a paz como imperativo racional (Kant) e a guerra como factor insubstituível, no quadro de uma “astúcia da razão” (Hegel).

Os esforços da construção europeia para limitar e controlar os efeitos destrutivos da guerra são abordados por Luís Sá, em “A Constituição dos Europeus” (*Philosophica*, n.º 26). O artigo considera as semelhanças e diferenças do federalismo norte-americano e do projecto europeu, procurando pistas e lições a retirar do primeiro caso (separação de poderes, liberalismo e republicanismo), destacando, em simultâneo, os desafios e as oportunidades inerentes à especificidade da União Europeia. O tema do federalismo, nomeadamente no caso português, é abordado igualmente por Ernesto Castro Leal, em “Nacionalismo e Federalismo. Tópicos de Pensamento Político Português no 1º Quartel do Século XX” (*Philosophica*, n.º 22), que oferece uma visão sistemática das dinâmicas históricas e das conceptualizações politológicas do nacionalismo e do federalismo em Portugal, sublinhando a diversidade doutrinária das mesmas, inspirada pelo despertar dos nacionalismos europeus e pela ampla teorização da questão federal no século 19 (quer na Europa, quer particularmente na Península Ibérica). Ainda no contexto de uma reflexão sobre questões

portuguesas, refira-se “A Constituição de 1822: Uma Filosofia Política Intempestiva” (*Philosophica*, n.º 11), de Viriato Soromenho-Marques, que reflecte sobre a tensão existente à concepção desse importante documento da história portuguesa, entre o desejo de reformas liberais (num país dominado por tutelas paternalistas e arbitrárias) e a resistência das forças conservadoras, que tudo fizeram para diminuir a sua influência e eficácia.

No quadro de uma Filosofia da História, refiram-se três artigos: “Mito e História nas Meditações de Rousseau sobre o Destino da Europa” (*Philosophica*, n.º 4), de Carlos Morujão; “Duas Posições de Voltaire sobre a História” (*Philosophica*, n.º 43), de Edmilson Menezes; e “As Cores e a Instituição da Ordem no Mundo do Antigo Regime” (*Philosophica*, n.º 27), de António Manuel Hespanha. O primeiro texto perscruta a originalidade e ambiguidade do pensamento rousseauiano, dando conta da curiosa analogia entre o seu pessimismo e a observação do complexo e trágico xadrez geopolítico seu contemporâneo. Fugindo ao optimismo racionalista das Luzes, a sua filosofia da história é por isso profundamente anti-ideológica, antes preferindo focar-se no poder da educação e da prudência sobre o juízo moral na formação da comunidade política, esperando que as mesmas possam contribuir para uma ideia de progresso individual e colectivo, sem cedências à tirania da razão. O segundo texto referido, da autoria de Edmilson Menezes, debruça-se sobre o pensamento de Voltaire, realçando a sua crítica do discurso histórico e a ideia de humanidade como “ser de progresso”. Também tendo a história como pano de fundo, António Manuel Hespanha dá-nos uma interpretação muitíssimo curiosa do papel das cores na mundividência do Antigo Regime, usadas de forma sistemática para consagrar sentidos e hierarquias, interdições e lugares habitáveis, num admirável e surpreendente espaço de produção industrial simbólica.

A relação entre economia, política e filosofia merece também destaque na história da Revista, estando presente directamente em seis artigos. Francisco Felizol Marques escreve em duas ocasiões sobre a “Filosofia do Dinheiro”, de Simmel: “O Método Dinheiro na Economia da «Filosofia do Dinheiro»” (*Philosophica*, n.º 42) e “A Tragédia da Liberdade, Ante-Tragédia da Cultura na «Filosofia do Dinheiro»” (*Philosophica*, n.º 46). O conceito de dinheiro é pensado no prolongamento de uma epistemologia proposta por Simmel, que reflecte sobre a dificuldade de preservar a autonomia e a existência individual face às poderosas forças impessoais do mundo urbano moderno, que transforma a vida humana numa tragédia da cultura (ao tentar conter a matéria viva em formas que, uma vez criadas, logo se esvaziam de conteúdos). Simmel é também o protagonista num artigo de Rafael Marques (“Por uma leitura corsária de «Os Pobres», de

George Simmel”, *Philosophica*, n.º 42), onde o autor propõe uma análise alegórica daquele texto, analisando as dimensões dialógicas que constituem o pobre em categoria social e lhe impõem certos traços de carácter e papéis sociais; sublinha-se o processo que se iniciou com a definição da pobreza como uma patologia e que culminou com a construção de uma “identidade do pobre”, de acordo com categorias estatísticas e sistemas racionais de classificação.

Gerhard Senft, por seu turno, detém-se sobre um aspecto menos conhecido da obra de Stirner, tradutor e editor de obras importantes na área da Economia. Em “Max Stirner e a Crítica da Economia Política” (*Philosophica*, n.º 46), o autor sublinha como este trabalho foi relevante para o pensamento do filósofo alemão, nomeadamente para a sua crítica contra as formas de dominação externas, ou seja, contra o sistema social e ideologias dominantes que subjugavam o Eu empírico. Num quadro político diametralmente oposto, Franco Alexandre reflecte em “Economia e Política em Hume” (*Philosophica*, n.º 11) sobre as origens do liberalismo político, relevando o carácter dinâmico e conexo dos temas económicos e políticos no filósofo escocês; com efeito, a tríade “conhecimento, indústria, humanidade” é essencial para pensar a individualidade como vínculo cognitivo, activo e ético, contrariando um atomismo analítico que apartaria a dimensão económica e prática do “sujeito psíquico”. Também no registo liberal, assinala-se, por fim, um breve texto sobre um pensador e economista português, Frederico de la Figanière, recordado por António Palhinha Machado e António Pedro Mesquita em “Um Pioneiro do Liberalismo Económico em Portugal. Notas de Leitura sobre «A Guerra e o Comércio Livre» de Frederico de la Figanière” (*Philosophica*, n.º 23), que intenta recordar o pensamento fecundo de um autor imerecidamente ignorado.

Este último texto foi publicado na secção “Notas de Leitura” – breves observações sobre um autor ou problema filosófico, uma inovação da Revista *Philosophica*, que, ao longo da sua história, procurou integrar na sua publicação vários géneros de reflexões para além dos habituais artigos/ ensaios. Registe-se, entre outros, as secções dedicadas a recensões, debates sobre o “estado da questão” ou ainda a publicação de arguições de Teses de Doutoramento em Filosofia. Exemplos destes dois últimos casos são o texto de Jesús Blanco Echauri, “Espinosa Revisitado en lengua portuguesa: Filosofia y Política en el Fin de Siècle”, que discorre sobre os estudos espinosistas e a sua fecundidade em língua portuguesa (sobretudo no Brasil, mas também em Portugal), ou ainda “Razão e Liberdade. A Filosofia Política de James Madison. Arguição e Resposta”, onde se publica a arguição elaborada por Alessandra Silveira e a resposta de José Gomes

André, aquando da defesa pública da sua dissertação de doutoramento.

Temas de filosofia da cultura e da sociedade – na sua conotação política-filosófica – são também objecto de estudo na *Philosophica*, justificando vários artigos. Três deles inserem-se no número 4 da Revista, dedicado a uma reflexão sobre o conceito de “cidade”. Carlos Silva escreve sobre “A Cidade – Máquina de Fazer Felicidade. Meditação crítica (política?) sobre a ascensão e queda do ciclo da filosofia urbana”, um artigo de fundo que percorre vários elementos do pensamento filosófico e descobre a cidade como eixo em torno do qual gravita (ou ao qual reporta) a ética, a lógica, a ciência, a arte, a pedagogia e até a cultura espiritual, que se entrelaçam com a topo-logia da urbe entendida como estética política. Em última instância, só nessa multiplicidade se encontra o sentido mais profundo da ideia de cidade, não uma sociedade entre outras, mas aquela que reflecte um centro, articulante do mistério da vida e da experiência humana. José Trindade Santos, em “A Cidade dos Homens. Polis: educação e democracia”, realça a faceta pedagógica da experiência civil e política, mostrando que essa interactividade produtiva funciona como um dínamo em perpétuo crescendo, alimentando-se mutuamente de forma irredutível. Assim sendo, uma vez em marcha o processo educativo da Polis, a igualdade dos cidadãos e a lógica democrática torna-se irreversível, só podendo ser limitada por uma catástrofe ou pela deseducação em massa. Já Viriato Soromenho-Marques, em “Notas sobre Ambiente Urbano”, no mesmo número mencionado, foca a natureza peculiar da cidade em relação ao mundo natural (e da própria história, da qual é um fenómeno tardio), sublinhando a sua ligação à inovação cultural e à construção de projectos de futuro, nomeadamente se alicerçados num aproveitamento e promoção do ideal cosmopolita.

A questão da *cidade* (e da cidadania) são tópicos abordados em dois outros artigos. Em “Georg Simmel: as cidades, a ruína e as novíssimas metrópoles” (*Philosophica*, n.º 42), Carlos Fortuna invoca Simmel para reflectir sobre o pensamento urbano da modernidade, o qual parece conciliar, quase paradoxalmente, um ideal de inovação e construção permanente e um quadro de desmoronamento referencial (do indivíduo, da sociabilidade, etc.). Ainda a este propósito, recordemos o texto de José Barata-Moura, “A Cidadania como Cultivo” (*Philosophica*, n.º 22), onde o autor sublinha a dinâmica inerente ao conceito de cidadania, mais processo construtivo do que estatuto fixo adquirível, assente na cultura, que lhe serve de alimento (e de fábrica), palco para se exercitar (espaço de praxis) e ideal de inspiração (oferecendo-lhe conteúdos e possibilidades de se auto-determinar).

A relação entre cidadania e cultura é também abordada em dois ensaios no número 27 da *Philosophica*. Primeiramente, Adela Cortina, em

“Ciudadanía Intercultural”, reflecte sobre o problema do multiculturalismo, defendendo um ideal de diversidade não apenas baseado na tolerância, mas nas potencialidades inerentes a esse pluralismo, criador de sentidos múltiplos da coisa pública, que por sua vez fomenta maior liberdade dos indivíduos na criação dos seus projectos de vida. Tese próxima sustenta Raúl Fornet-Bettancourt, em “Interculturalidad o barbarie. 11 Tesis Provisionales para el Mejoramiento de las Teorías y Prácticas de la Interculturalidad como Alternativa de otra Humanidad”, onde defende a diversidade cultural como barreira a um solipsismo social, encarcerado na sua ficção identitária, ao qual se deve opor uma filosofia da praxis, que rejeita o abstracionismo intelectual e combate uma razão hegemónica por via de um diálogo social alargado, capaz de se alimentar do pluralismo e da intersubjectividade, tomada em sentido lato (cultural, antropológico, político).

Referimos há pouco uma antiga e relevante tradição da Revista *Philosophica*: o facto de juntar à habitual prática das publicações científicas (a combinação de artigos sobre matérias distintas) a ocasional preferência pela edição de números temáticos. Algumas das publicações já foram mencionadas anteriormente, por conterem diversos artigos sobre matérias de Filosofia Política: o número 4 (sobre “A Cidade”), o número 12 (Direitos Humanos), o número 22 (Filosofia Política), o número 30 (Filosofia e Espaço Público), o número 41 (sobre Max Stirner) e o número 42 (sobre Georg Simmel).

Neste contexto importa, porém, fazer duas referências mais. Desde logo, ao mais recente número da Revista (n.º 49), inteiramente dedicado à vida e obra de Vasco de Magalhães-Vilhena. Com a colaboração de vários Docentes, investigadores e personalidades da sociedade civil, este número visita elementos biográficos de Magalhães-Vilhena (nomeadamente a sua militância comunista) e aspectos pertinentes da sua vasta obra (filosofia da história, ideologia e marxismo), evidenciando ainda a importância do seu legado filosófico. Suscitado a propósito do centenário do seu nascimento, este número da Revista *Philosophica* contou com a colaboração dos seguintes autores: Manuela Bernardino, Pedro Calafate, Carlos Morujão, Viriato Soromenho-Marques, Manuel Dias Duarte, Paulo Antunes, Ana Henrique Paulo, João Maria de Freitas-Branco, Hernâni Resende e João Vasco Fagundes.

Uma segunda menção refere-se ao número 40, sobre Filosofia do Ambiente. Embora a natureza particular desta área justifique uma abordagem autónoma, creio ser relevante assinalar as implicações político-filosóficas dos vários textos publicados neste número (presente aliás em vários outros artigos da *Philosophica* sobre aquele tema; destaque-se, a

este propósito, “Justiça e Sentido da Terra”, n.º 1, de Viriato Soromenho-Marques, e “The Tragedy of the Commons and Leviathan. A Small Insight into Environmental Political Philosophy”, n.º 22, de Sofia Guedes Vaz). Uma vez que este nosso trabalho também tem a pretensão de servir como “memória futura”, deixo aqui registado o nome dos colaboradores desse número: Cristina Beckert, Paulo Borges, Viriato Soromenho-Marques, Jorge Marques da Silva, Nuno Pereira Castanheira, António Queirós e Francisco Teixeira.

A finalizar este artigo, gostaria de deixar uma nota pessoal. A convite do então Director, o Professor Doutor Leonel Ribeiro dos Santos, e com a aprovação da Editora (hoje Directora), a Professora Doutora Adriana Serrão, tenho colaborado com a Revista *Philosophica* desde 2009. Numa primeira fase, desempenhei tarefas de edição e organização de texto; posteriormente, ocupei o cargo de Secretário da Redacção e membro do Conselho Editorial, mantendo a minha colaboração em diversas matérias, que vão desde a formatação de texto, tradução ou expedição de publicações. Ora em questões de natureza filosófica, de discussão ou de simples logística, desempenhei estas tarefas com grande orgulho, sendo para mim uma honra estar ligado a este projecto editorial, que agora celebra o seu 50º número. O meu desejo é que esta colaboração possa perdurar e que a Revista *Philosophica* prossiga, por muitos e bons anos, o seu esforço de publicação e divulgação da reflexão e do debate filosóficos, para os quais tanto tem contribuído desde o seu primeiro número.